

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

---

# Revista Portuguesa de História

TOMO XVI

*HOMENAGEM AO DOUTOR TORQUATO DE SOUSA SOARES*

I



COIMBRA/1976

## **A COLÓNIA DO SACRAMENTO NOS PRINCÍPIOS DO SÉCULO XVIII**

(UMA FONTE IMPORTANTE PARA O SEU ESTUDO)

Apesar dos incontestáveis progressos que, sob vários aspectos, caracterizaram a vida da Colónia do Sacramento durante o governo de D. Francisco Naper de Lencastre (1689-1699), não é menos certo que, ao findar o século XVII, algumas sérias dificuldades assoberbavam a povoação portuguesa do Prata. Eram, por um lado, os profundos desentendimentos entre o governador e a guarnição, e, por outro, as complicações de ordem externa, resultantes de atritos com os espanhóis de Buenos Aires e de incidentes com os índios das reduções jesuíticas.

Precisamente em 1699, D. Francisco Naper foi substituído por Sebastião da Veiga Cabral, que pôde conciliar desde logo a simpatia da guarnição e dos moradores. A sua administração conseguiu normalizar a vida da Colónia, permitindo a conjugação de todos os esforços no sentido da sua manutenção e desenvolvimento. Isto era da maior importância, porque uma vez mais se avizinhavam tempos difíceis para o estabelecimento português do Prata. Os índios das missões espanholas prosseguiram nas suas correrias pelos arredores da praça, os conflitos multiplicavam-se e os governadores da Colónia e de Buenos Aires trocavam constantemente protestos e reclamações, procurando cada um interpretar o tratado provisional de 1681 no sentido mais favorável ao seu próprio país.

É verdade que, ao principiar o século XVIII, um importante acto diplomático pareceu resolver o problema da presença portuguesa na Banda Oriental do Uruguai. Ao suceder no trono de Espanha a Carlos II, em circunstâncias bem conhecidas, Filipe V, precisando de fortalecer a sua posição, assinou com Portugal o tratado de aliança de 18 de Junho de 1701, por meio do qual cedia e renunciava todo e qualquer direito que pudesse ter nas terras sobre que se fizera o convén-

nio de 1681. Mas a solução foi apenas aparente, pois o texto do acordo não era suficientemente explícito e preciso, prestando-se os seus termos a interpretações divergentes, como de facto veio a acontecer.

Por outro lado, Portugal começou a sentir o perigo de urna guerra com as *potências marítimas* (Inglaterra e Holanda) e afastou-se da França e da Espanha, primeiro no sentido da simples neutralidade e depois aderindo à Grande Aliança (16-Maio-1703). Os Portugueses comprometiam-se a apoiar nas suas pretensões ao trono espanhol o arquiduque Carlos de Áustria, e este, entre outras vantagens, cedia, por um artigo secreto, os direitos «que teria ou poderia ter tido às Terras situadas na Margem Septentrional do Rio da Prata», o qual serviria de limite aos domínios de ambas as coroas na América.

Em Abril do ano seguinte começava a guerra entre Portugal e a Espanha de Filipe V, mas, antes de esta notícia chegar ao Rio da Prata, já ali eram bastante tensas as relações entre os súbditos dos dois países. Como os Espanhóis se preparassem para atacar a praça portuguesa, o governador Sebastião da Veiga Cabral tratou de reforçar as defesas da Colónia e de pedir auxílios ao Rio de Janeiro e à Baía. Entretanto, resolveu enviar a Lisboa o sargento-mor Francisco Ribeiro, com a incumbência de levar ao Rei «noticias utilissimas e de grande importancia e segredo ao serviço real», — segundo um documento do tempo.

Essas notícias foram reduzidas a escrito pelo sargento-mor, num papel que há anos tivemos oportunidade de publicar<sup>1)</sup>. Conforme também então mostrámos, Francisco Ribeiro pouco mais terá sido do que um transmissor de ideias do seu superior hierárquico. Além do testemunho fundamental do próprio redactor do papel, a comparação deste com a obra saída alguns anos depois da pena de Veiga Cabral revela, de forma evidente, que um mesmo pensamento presidiu à elaboração dos dois escritos.

Antes de analisarmos essa obra, importa, porém, ver rapidamente qual foi o destino da cidadela portuguesa do Prata e do seu comandante durante a guerra então iniciada por causa da sucessão de Espanha. Cercada e atacada desde Outubro de 1704 por um exército hispano-guarani, a praça resistiu heroicamente durante cinco meses. Por fim, uma pequena armada enviada do Brasil conseguiu romper o

0) *Informação de Francisco Ribeiro sobre a Colónia do Sacramento*, Coimbra, 1955.

bloqueio e entrar em contato com os sitiados. Reduzido à última extremidade em matéria de mantimentos e munições e obedecendo, aliás, a ordens superiores, resolveu o valente governador da Colônia abandoná-la, transportando-se na frota para o Rio de Janeiro, com os soldados e moradores, depois de ter incendiado a povoação (15-Março-1705). Exaltado unânime pelos que serviram sob as suas ordens e louvado nos mais calorosos termos pelo governador geral do Brasil, viria a receber também uma carta com os agradecimentos do próprio Rei.

Deve ter regressado a Portugal na frota do Rio de Janeiro, que, com as da Baía e Pernambuco, chegou a Lisboa nos fins de Maio de 1706<sup>(2)</sup>. Nomeado para o governo de Alcântara (9-Setembro-1706), então em poder do nosso exército, veio a ficar prisioneiro dos Espanhóis quando estes assaltaram e tomaram a praça, na noite de 15 de Dezembro de 1706. Embora gravemente doente, procedeu nessa ocasião «com grande valor e constancia, sendo o ultimo que se rendeu, pelejando muito tempo depois da praça rendida...» Voltou ao País graças a uma troca de prisioneiros e, a 11 de Maio de 1709, D. João V fê-lo governador de Abrantes <sup>(3)</sup>.

A guerra continuava, mas este comando relativamente afastado da fronteira deixou a Sebastião da Veiga tempo suficiente para escrever a sua *Representação estudiosa e util para as Magestades, grandeza e vassallos de Portugal*, cuja dedicatória está datada de Abrantes, 20 de Novembro de 1711, e que é obra de grande interesse para a história da Colônia do Sacramento.

(2) Consulta do Conselho Ultramarino (Lisboa, 13-9-1708), in *Documentos Históricos*, ed. da B. N. do Rio de Janeiro, vol. XCIII, Rio, 1951, pp. 202-203 ; J. Soares da Silva, *Gazeta em forma de carta*, t. I, Lisboa, 1933, pp. 64-65; A. Machado de Faria de Pina Cabral, *Memórias Históricas de Lisboa — 1680 a 1716*, in *Lisboa e seu termo. Estudos e documentos*, ed. da Assoe, dos Arqueólogos Portugueses, vol. II, Lisboa, 1948, p. 59.

(3) Sobre a vida e a carreira militar de Sebastião da Veiga Cabral ver os nossos estudos: *Informação de Francisco Ribeiro* (cit. na nota 1); *A Diplomacia portuguesa e os limites meridionais do Brasil*, vol. I (1493-1700), Coimbra, 1957; *Colônia do Sacramento*, in *Dicionário de História de Portugal*, dirig. por Joel Serrão, vol. III, Lisboa, 1968, pp. 708-714; *A Colônia do Sacramento na época da Sucessão de Espanha*, Coimbra, 1973; e a bibliografia aí citada.

A *Representação*, redigida por ordem de D. Pedro II, conforme declaração do autor, consta de uma introdução e oito partes, com alguns mapas e documentos em anexo, e nela são tratados longamente os aspectos geográficos, políticos, jurídicos, militares e económicos da presença portuguesa nas terras do Uruguai.

Sebastião da Veiga começava por procurar explicar o facto de terem permanecido sem ocupação efectiva, durante muitos anos, algumas regiões da América do Sul que, em seu entender, pertenciam de direito a Portugal e descobria na «empresa do Oriente», no domínio filipino e na guerra da Restauração as principais causas de tal situação. Com D. Pedro II, desenganados os Portugueses dos «poucos interesses» que já então vinham da Ásia, voltaram-se para o povoamento da América. Assim surgiu a Colónia do Sacramento, duas vezes fundada e outras tantas perdida.

Feita a história destes acontecimentos (Introdução), tentava o autor mostrar que a conjuntura era a mais oportuna para se tratar da restituição das terras orientais do Rio da Prata (1.<sup>a</sup> parte). Havia que aproveitar o «confuso estado» dos negócios políticos e a situação incerta dos dois pretendentes ao trono espanhol para conseguir de algum deles a desejada cessão. Se se desse tempo a que um dos príncipes se estabelecesse definitivamente no governo da disputada monarquia, de nenhum modo nos viria a consentir a ocupação da Colónia, porque os Castelhanos, e principalmente os Jesuítas da mesma nacionalidade, o persuadiriam das «extremadíssimas conveniências» daquele domínio e do prejuízo de o largar. Veiga Cabral apontava, mesmo, sete razões «forçosíssimas» que o levavam a ter por «infalível» a oposição dos referidos Padres, desde o zelo religioso e político aos motivos económicos.

Na realidade, o Governo português já seguira o caminho indicado, mas o autor da *Representação* desconhecia, certamente, a existência do artigo secreto do tratado de 1703. Procurava destruir, com diversos argumentos, os evidentes obstáculos que se opunham, naquele momento, a uma solução e chegava a admitir, com extraordinário optimismo, a possibilidade de obter uma declaração favorável de Filipe V, apesar de inimigo. Em último caso, pensava que, no futuro congresso da paz (para a qual se realizavam sondagens e até negociações desde há anos), não haveria «grande dificuldade» em alcançar o que se pretendia, desde que os fundamentos da posição portuguesa fossem apresentados com «total evidencia». Por isso entregara ao secretário de Estado um

exemplar desta obra, «ainda em toscos» (4). A não se proceder com «antecipado cuidado», perder-se-iam para sempre aquelas terras, onde S. Majestade podia ter «outro Reyno muito melhor» que o de Portugal, tanto na extensão como na fertilidade e riqueza.

Alargava-se então (2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> partes) na minuciosa descrição geográfica da região do Prata, suas províncias, cidades, rios, clima e paisagem, fazendo-o por vezes com o entusiasmo e até os exageros poéticos de quem se afeiçoara profundamente à terra. Nem por isso esquecia os aspectos económicos, que ocupam muitas páginas da obra (3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> partes) e lhe dão particular importância.

Para o autor era «sem igual a fertilidade daquellas terras», a abundância e excelência das suas produções, e de tudo se poderiam tirar as maiores vantagens para os povoadores e para a fazenda real. Destacava a suposta existência de minas de prata, os «estupendos interesses» do comércio com a América espanhola, o rendimento do cânhamo, da erva-mate, da introdução dos gados nas minas de ouro do Brasil e do aproveitamento das suas carnes, sebos e couros.

Merecem especial atenção os capítulos relativos ao comércio com as regiões hispano-americanas — que Sebastião da Veiga sabia ter sido «hum dos fins da nossa primeira e segunda fundação da Colonia» — e os que tratam da pecuária e seus produtos. Entendia o autor que a ocupação do território uruguaio tomaria Portugal opulento com o comércio que os nossos colonos haviam de ter com os moradores das províncias espanholas, porque, sendo «sobradísimas de prata», eram «em tal extremo faltas de roupas» que só tinham as que iam de Castela,

(4) Sebastião da Veiga continuou a dar, por outras formas, a sua colaboração. Assim, em despacho de 18-Outubro-1712 para o conde de Tarouca, plenipotenciário português no congresso de Utreque, o secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real informava que, quanto à Colônia do Sacramento, fizera diversas juntas com o Duque, Manuel Pimentel (cosmógrafo-mor) e Sebastião da Veiga Cabral; os dois últimos tinham-lhe prometido escrever papéis sobre o assunto, que remeteria no mesmo dia se viessem a tempo. Depois de datada a carta, acrescentava: «Agora me entrega Sebastião da Veiga o papel de que asima faço menção» (Bibl. da Acad. das Ciências: Ms. 3-V, fis. 51v.-52). Este documento é a *Informação de Sebastião da Veiga Cabral sobre as terras orientais do Rio da Prata*, datada de 18-Outubro-1712 (*Ibid.*, fis. 52v.-59). No ano seguinte escreveu o autor nova *Informação* sobre o mesmo tema (*Ibid.*, fis. 110v.-l 13). A ela se refere o despacho de Diogo de Mendonça de 10-Maio-1713 (*Ibid.*, fis. 106-106v.). Cfr. *Biblos*, vol. XXVIII, Coimbra, 1952, pp. 506-507 e notas.

de cinco em cinco anos, nos navios de registo, por preços extraordinariamente elevados.

Esta exorbitância, a demora e a falta, com a «prata inútil, tendo tanta», e as vastas zonas despovoadas, cortadas por numerosos rios, fariam «inevitável o comercio e juntamente infalíveis nelle mais crecidos avanços do que em qualquer outra parte pode dar o negocio». Contra este conjunto de circunstâncias favoráveis seria inútil todo o zelo das autoridades espanholas na repressão do contrabando.

De grande importância para a fazenda real seria também o rendimento que se podia tirar da introdução dos gados das campanhas meridionais na região das minas de ouro do Brasil, quer fosse por conta da mesma fazenda, quer por contratadores. O consumo e preço que já então ali tinham as carnes dos bovinos baianos, apesar de serem «em summo grao inferiores as da Colonia», não permitia dúvidas quanto ao interesse de tal negócio, ao qual se podia juntar o das mueres, «taõ necessarias e de tanta estimaçã naquellas partes».

Finalmente, havendo trato e boa comunicação com os índios charruas, não faltariam cavalos para as caçadas de gado bovino e com eles se poderia desenvolver em larga escala a fábrica dos couros, da qual se devia « esperar prudentemente perto de meyo milhaõ de renda cada anno». Visão optimista, mas que o futuro próximo viria a confirmar em grande parte. De tudo isto se concluía que o Rei de Portugal adquiria assim «o mayor Imperio» e que este, em poucos anos, se poderia «estender aos mayores cabedais e à maior grandeza».

Dado, porém, que os Espanhóis disputavam aos Portugueses o direito que pretendiam ter àquela vasta região, Sebastião da Veiga dissertava longamente sobre opiniões de cronistas e geógrafos, a linha divisória luso-espanhola e os tratados entre os dois países, viagens de descobrimento e marcos colocados e arrancados, procurando mostrar que era do domínio português toda a parte oriental do Rio da Prata (6.<sup>a</sup> parte).

Feita esta demonstração em termos que considerava decisivos, — mas, na realidade, de forma bastante apaixonada e com erros e deficiências várias, — passava o autor a declarar quais as terras que, em seu entender, deviam pedir-se, com quais nos deveríamos acomodar e que condições teriam de ficar expressas no acordo, de modo a não poder ser sofismado (7.<sup>a</sup> parte).

Contava com a opposição espanhola, especialmente a dos Jesuítas das reduções, e sugeria diversas providências para a vencer. A funda-

mental seria a de alcançar do Papa e do geral da Companhia «expressíssimas ordens» para que os referidos Padres, «sob gravíssimas penas», não contrariassem, directa ou indirectamente, a pretendida cessão territorial. Na falta desta cláusula, tudo o mais ficaria sem efeito algum, «cuja advertencia he producção do que tenho experimentado», — notava o antigo governador da Colónia do Sacramento, que bem sabia serem os citados missionários «ciozissimos mais que todos os outros Castelhanos» da presença portuguesa naquela região.

A terminar, propunha o autor um plano muito completo para o povoamento e defesa das terras do Uruguai, por meio do envio de casais do Brasil, uma política de atracção dos índios e a construção de várias fortalezas e atalaias em pontos estratégicos (8.<sup>a</sup> parte). Deste modo, em sua opinião, D. João V far-se-ia senhor «do mayor e melhor Imperio», com eterna fama do seu nome e notável utilidade dos vassallos, ficando o Brasil «todo unido e comunicado, e feito nelle hum novo e grande mundo».

Em apêndice, juntavam-se quatro mapas e outros documentos, incluindo cartas de D. Pedro II e do secretário de Estado Mendo de Fóios Pereira para o autor. Tais são, em síntese, as linhas fundamentais desta valiosa obra, cheia de dados do maior interesse para a história política e económica da expansão portuguesa nas regiões do Prata.

Por tudo o que acabamos de dizer, mais estranho é o facto de tão importante fonte ter sido até agora muito pouco utilizada pelos historiadores da Colónia do Sacramento, apesar de a sua existência ser conhecida há bastante tempo. O manuscrito que parece dever considerar-se como o original está na Biblioteca da Ajuda e foi aproveitado em alguns dos nossos estudos desde há mais de vinte anos <sup>(5)</sup>. Há duas cópias na Biblioteca Nacional de Lisboa <sup>(6)</sup>, uma no Arquivo

<sup>(5)</sup> Biblioteca da Ajuda (Lisboa): Ms. 51-V-37 (cota antiga: 51-IX-24). É um Ms. de 144 fls., além do rosto e da dedicatória a D. João V (fls. inms.), em boa letra dos princípios do século XVIII. Tem assinatura autógrafa do autor no fim da dedicatória e na fl. 130v. As cartas de D. Pedro II e de Mendo de Fóios são originais (fls. 138-140). Cfr. Carlos A. Ferreira, *Inventário dos Manuscritos da Biblioteca da Ajuda Referentes à América do Sul*, Coimbra, 1946, pp. 524-525, n.º 1763, e o que escrevemos em *Biblos*, vol. XXVIII, 1952, pp. 506-508, e nos trabalhos citados na nota 3.

<sup>(6)</sup> Fundo Geral, Ms. 1548, n.º 6 e Ms. 6975, n.º 1.



da Casa de Cadaval 0 e outra na Real Academia de la Historia de Madrid (8).

No original falta a data, que talvez se encontrasse na folha mutilada da dedicatória, mas as duas copias de Lisboa e a de Madrid estão datadas de Abrantes, 20 de Novembro de 1711 (9).

Entretanto, parece que a *Representação* de Sebastião da Veiga Cabral foi posta ao alcance de todos os estudiosos ao ser publicada, não há muitos anos, pelo Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai. O texto que serviu para a edição é o da Biblioteca Nacional de Lisboa, Fundo Geral, *Ms. 1548*, n.º 6. Foi copiado em 1939 para a Biblioteca Rio-Grandense, da cidade do Rio Grande, que o facilitou à referida instituição uruguaia (10).

Escrevemos «parece» porque, em boa verdade, o manuscrito utilizado é uma péssima cópia. O «coriozo compilador» que a redigiu, embora respeitando, substancialmente, o pensamento do autor, teve a

(7) *Cód. 919 (M-V-39)*. Cfr. Martinho da Fonseca, *Catálogo resumido da preciosa collecção de manuscriptos da Casa Cadaval*, Lisboa, 1915, p. 43. O índice do Ms. e os seus quatro mapas foram publicados por Virgínia Rau e M. Fernanda Gomes da Silva, *Os manuscriptos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*, vol. II, Coimbra, 1958, pp. 321, 337, 369, 409, 411-418.

(8) *Ms. 0-25-6-C, 135*, cit. por Rolando A. Laguarda Trías, *El Río de la Plata y la costa de Montevideo (Derroteros y reconocimientos)*, in *Anales Historicos de Montevideo*, t. III, Montevideo, 1959, pp. 449-450.

(9) Segundo R. Laguarda Trías (*op. cit.*, p. 449), a data da dedicatória, no manuscrito madrileno, seria 20 de Novembro de 1715. Em resposta a um pedido nosso de esclarecimento, este historiador uruguaio teve a amabilidade (que de novo aqui agradecemos) de nos enviar fotografias que permitem resolver a dúvida. O ano, em concordância com o das outras cópias, é 1711. A forma do *l* final, semelhante a um *s* muito alongado, deve ter provocado o lapso de leitura. A mesma forma apresenta o primeiro *l*. Note-se ainda que a data de 20 de Novembro de 1715 não estaria de acordo com o conteúdo da obra, manifestamente anterior ao tratado de paz luso-espanhol de Utreque, assinado em 6 de Fevereiro deste ano.

(10) Sebastião da Veiga Cabral, *Descrição Corográfica e Coleção Histórica do Continente da Nova Colónia da Cidade do Sacramento*, Montevideo, 1965. Separata da *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, tomo XXIV. Volume de 272 páginas e um mapa desdobrável. Inclui alguns documentos que se encontram no *Ms. 1548* do Fundo Geral da B. N. de Lisboa, mas que nada têm a ver com a obra de Sebastião da Veiga (pp. 179-263), sendo muito posteriores. Esta edição foi objecto de um artigo do estudioso uruguaio Homero Martínez Montero: *Comentario sobre la reciente publicación de un trabajo de Veiga Cabral*, in *Revista Nacional*, Montevideo, t. X, 1965, n.º 223-224, pp. 129-133.

estranha e constante preocupação de alterar os termos em que ele se exprimiu (a começar pelo próprio título da obra), substituindo palavras ou frases, modificando a sua ordem e condensando ou alargando períodos. São flagrantes e numerosos os erros no texto impresso e nem sempre é fácil distinguir entre os atribuíveis ao copista e os que constituem *gralhas* tipográficas. Além disso, o critério adoptado na transcrição não facilita a leitura; basta lembrar que são conservadas sem desdobraimento as numerosíssimas abreviaturas do manuscrito <sup>(n)</sup>. Não há notas esclarecedoras do texto, que apenas é precedido de um interessante mas breve prólogo do historiador brasileiro Abeillard Barreto.

De tudo quanto deixamos escrito somos levados a concluir que uma edição da *Representação* de Veiga Cabral continua a ser necessária. Por isso, logo que nos seja possível, tencionamos publicar o manuscrito original, devidamente anotado e com uma introdução histórica.

LUÍS FERRAND DE ALMEIDA

<sup>(n)</sup> Para mais completa fundamentação do que afirmamos ver a nossa recensão crítica na *Revista Portuguesa de História*, tomo XI, vol. II, Coimbra, 1968, pp. 350-357.